

RICARDO DE BARROS LEONEL

***TEORIA GERAL
DO PROCESSO***

TEORIA GERAL DO PROCESSO

© RICARDO DE BARROS LEONEL

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

Composição: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
01.2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L583t Leonel, Ricardo de Barros.
Teoria geral do processo / Ricardo de Barros Leonel. – São Paulo :
Malheiros/Juspodivm, 2023.
368 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5860-049-7

1. Direito processual. 2. Jurisdição. 3. Poder Judiciário. 4. Processo
(Direito). 5. Garantia (Direito). 6. Recurso (Direito). I. Título.

CDU 347.9

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual 347.9

(Biblioteca responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	9
<i>Capítulo 1 – Premissas da Teoria Geral do Processo</i>	
<i>1.1 Conceito</i>	17
<i>1.2 Teoria geral do processo para todos os métodos de solução de conflitos ...</i>	18
<i>1.3 Direito e processo (direito material e processual – Objeto das normas processuais)</i>	19
<i>1.4 Evolução metodológica do processo</i>	20
<i>1.5 Escopos do processo</i>	26
<i>1.6 Procedimento em contraditório</i>	29
<i>1.7 Institutos bifrontes: teoria unitária e teoria dualista do direito</i>	30
<i>1.8 Institutos fundamentais do direito processual: jurisdição, ação, defesa, processo</i>	33
<i>1.9 Autotutela, autocomposição e heterocomposição</i>	40
<i>1.10 Tutela jurisdicional</i>	45
<i>Capítulo 2 – Mecanismos Alternativos de Solução dos Conflitos sem a Participação do Estado</i>	
<i>2.1 Equivalentes jurisdicionais</i>	50
<i>2.2 Renúncia</i>	51
<i>2.3 Transação</i>	52
<i>2.4 Submissão</i>	53
<i>2.5 Desconstituição dos atos de disposição homologados em juízo</i>	54
<i>2.6 Mecanismos específicos para a solução alternativa dos conflitos</i>	55
<i>2.6.1 Conciliação</i>	56
<i>2.6.2 Mediação</i>	57
<i>2.6.3 Arbitragem</i>	59
<i>2.6.3.1 Poder jurisdicional na arbitragem: decisão imperativa sem sua imposição</i>	61

2.6.3.2	<i>Medidas de urgência</i>	61
2.6.3.3	<i>Medidas coercitivas</i>	62
2.6.3.4	<i>Execução da sentença arbitral</i>	63

Capítulo 3 – Jurisdição

3.1	Conceito	64
3.2	Escopos	67
3.3	Princípios	68
3.3.1	<i>Investidura</i>	68
3.3.2	<i>Aderência ao território</i>	69
3.3.3	<i>Indelegabilidade</i>	70
3.3.4	<i>Inafastabilidade</i>	71
3.3.5	<i>Inevitabilidade</i>	74
3.3.6	<i>Juiz natural e vedação de tribunais de exceção</i>	75
3.3.7	<i>Inércia jurisdicional</i>	78
3.4	Características da jurisdição	80
3.4.1	<i>Substitutividade</i>	80
3.4.2	<i>Lide</i>	81
3.4.3	<i>Inércia</i>	83
3.4.4	<i>Definitividade</i>	84
3.5	Jurisdição no contexto das funções do Estado contemporâneo	85
3.5.1	<i>Jurisdição e legislação</i>	88
3.5.2	<i>Jurisdição e Administração</i>	91
3.5.3	<i>Jurisdição e Poder Judiciário</i>	93
3.5.4	<i>Jurisdição e arbitragem</i>	95
3.6	Espécies de jurisdição	95
3.6.1	<i>Jurisdições penal e civil e seu relacionamento</i>	96
3.6.2	<i>Jurisdição especial ou comum</i>	101
3.6.3	<i>Jurisdição superior ou inferior</i>	105
3.6.4	<i>Jurisdição de direito ou equidade</i>	106
3.7	Limites da jurisdição	108
3.7.1	<i>Limites internacionais</i>	108
3.7.2	<i>Limites internos</i>	111
3.8	Jurisdição voluntária	112
3.8.1	<i>Conceito e características</i>	112
3.8.2	<i>Jurisdição voluntária em contraposição à contenciosa</i>	115

Capítulo 4 – Poder Judiciário

4.1	Conceito	117
------------	-----------------------	-----

4.2 Funções do Poder Judiciário e função jurisdicional	117
4.3 Órgãos do Poder Judiciário	119
4.3.1 <i>Supremo Tribunal Federal</i>	120
4.3.2 <i>Superior Tribunal de Justiça</i>	121
4.3.3 <i>Organização das justiças especiais: Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça do Trabalho</i>	124
4.3.3.1 <i>Organização da Justiça do Trabalho</i>	125
4.3.3.2 <i>Organização da Justiça Eleitoral</i>	127
4.3.3.3 <i>Organização da Justiça Militar</i>	128
4.3.4 <i>Organização da justiça comum estadual</i>	130
4.3.5 <i>Organização da justiça comum federal</i>	132
4.3.6 <i>Juizados Especiais</i>	135
4.4 Organização judiciária	136
4.5 Divisão judiciária	138
4.6 Épocas para o trabalho forense	139
4.7 Órgãos não jurisdicionais: Conselho Nacional de Justiça, corregedorias e ouvidorias de justiça e escolas da magistratura	141

Capítulo 5 – Processo

5.1 Introdução e referência histórica	147
5.2 Conceito atual e classificações	148
5.3 Divisões	149
5.4 Processo e procedimento	150

Capítulo 6 – Sujeitos Essenciais à Distribuição da Justiça, seus Direitos e suas Garantias

6.1 Introdução	152
6.2 Personalidade e capacidade	
6.2.1 <i>Personalidade e capacidade no direito material</i>	153
6.2.2 <i>Capacidade no direito processual</i>	154
6.2.3 <i>Personalidade no direito processual (personalidade “judiciária”)</i>	157
6.3 Advogado	159
6.4 Ministério Público	162
6.5 Defensoria Pública	169
6.6 Advocacia-Geral da União e procuradorias	170
6.7 Magistratura	172
6.8 Auxiliares permanentes e eventuais da justiça	176

Capítulo 7 – Princípios do Direito Processual

7.1 Considerações iniciais e classificação	180
---	-----

7.2	<i>Princípios, garantias e regras</i>	183
7.3	<i>Princípios e garantias constitucionais</i>	185
7.3.1	<i>Eficácia imediata das garantias constitucionais</i>	186
7.3.2	<i>Devido processo legal</i>	186
7.3.3	<i>Contraditório e ampla defesa</i>	192
7.3.4	<i>Inafastabilidade da tutela jurisdicional</i>	197
7.3.5	<i>Igualdade ou isonomia processual</i>	200
7.3.6	<i>Imparcialidade e independência do julgador, juiz natural e vedação aos tribunais de exceção</i>	203
7.3.7	<i>Publicidade dos atos processuais</i>	206
7.3.8	<i>Motivação das decisões</i>	211
7.3.9	<i>Prova lícita</i>	214
7.3.10	<i>Razoável duração do processo e celeridade</i>	216
7.4	<i>Princípios, garantias constitucionais e o conceito de processo justo</i>	218
7.5	<i>Garantias aplicáveis exclusivamente ao processo penal</i>	220
7.6	<i>Falsos princípios – Regras processuais</i>	221
7.6.1	<i>Iniciativa judicial na investigação das provas e princípio da verdade real</i>	222
7.6.2	<i>Persuasão racional (livre convencimento motivado)</i>	224
7.6.3	<i>Dispositivo</i>	226
7.6.4	<i>Oralidade</i>	234
7.6.5	<i>Proibição processual</i>	237
7.6.6	<i>Economia processual e instrumentalidade das formas</i>	239
7.6.7	<i>Duplo grau de jurisdição</i>	240

Capítulo 8 – Direito Processual Constitucional

8.1	<i>Constituição e processo civil</i>	243
8.2	<i>Direito processual constitucional</i>	245
8.3	<i>Convenções internacionais e seu valor no sistema jurídico brasileiro</i>	249
8.4	<i>Tutela constitucional do processo e liberdades públicas</i>	252

Capítulo 9 – Crises Jurídicas e as Espécies de Tutela Jurisdicionais

9.1	<i>Espécies de crise e tutela</i>	254
9.1.1	<i>Tutela meramente declaratória</i>	257
9.1.2	<i>Tutela constitutiva</i>	259
9.1.3	<i>Tutela condenatória</i>	260
9.1.4	<i>Tutela mandamental</i>	261
9.1.5	<i>Tutela executiva “lato sensu”</i>	262
9.1.6	<i>Tutela diferenciada</i>	263

9.1.7	<i>Tutela antecipada e tutela cautelar</i>	265
9.1.8	<i>Tutela da evidência</i>	270
9.1.9	<i>Tutela preventiva, inibitória e sancionatória</i>	272

Capítulo 10 – Normas de Direito Processual

10.1	<i>Introdução</i>	274
10.2	<i>Interpretação da lei processual</i>	277
10.3	<i>Eficácia da lei processual no tempo</i>	279
10.4	<i>Eficácia da lei processual no tempo e os direitos processuais adquiridos</i>	282
10.5	<i>Eficácia da lei processual no espaço</i>	286

Capítulo 11 – Elementos Identificadores da Demanda

11.1	<i>Introdução</i>	288
11.2	<i>Partes</i>	290
11.2.1	<i>Pluralidade de partes: litisconsórcio</i>	292
11.2.2	<i>Intervenção de terceiros</i>	294
11.2.2.1	<i>Assistência</i>	295
11.2.2.2	<i>Denúnciação da lide</i>	297
11.2.2.3	<i>Chamamento ao processo</i>	298
11.2.2.4	<i>Incidente de desconsideração da personalidade jurídica</i>	299
11.2.2.5	<i>“Amicus curiae”</i>	300
11.3	<i>Causa de pedir</i>	301
11.4	<i>Pedido</i>	303

Capítulo 12 – Direito de Ação e Direito de Defesa

12.1	<i>Introdução</i>	308
12.2	<i>Conceito</i>	309
12.3	<i>Teorias da ação (civilista, concretista, abstrativista, eclética)</i>	312
12.4	<i>Ações individuais e ações coletivas</i>	316
12.5	<i>Condições da ação</i>	320
12.5.1	<i>Legitimidade</i>	323
12.5.2	<i>Interesse processual ou interesse de agir</i>	323
12.5.3	<i>Possibilidade jurídica do pedido</i>	324
12.5.4	<i>Análise das condições da ação</i>	327
12.6	<i>Ação e defesa</i>	329
12.7	<i>Revelia e seus efeitos</i>	330
12.8	<i>Contraditório diferido ou postecipado (e sua excepcionalidade no sistema)</i>	335
12.9	<i>Classificação das defesas</i>	336

Capítulo 13 – Atos Processuais e Teoria Geral dos Recursos

13.1	Introdução	340
13.2	Atos do juiz	341
13.2.1	Sentença	342
13.2.2	Decisão interlocutória	344
13.2.3	Despacho	345
13.2.4	Acórdão	346
13.2.5	Decisão monocrática no tribunal	346
13.3	Atos das partes no processo	347
13.3.1	Ônus processuais	350
13.3.2	Preclusão	352
13.4	Noções gerais sobre os meios de impugnação das decisões judiciais	353
	Bibliografia	361